

INFORME-



13863401

Ac.125237

n. 15, jul. 2000 BNDES COPEL



SECRETARIA PARA ASSUNTOS FISCAIS - SF

nº 15 - Julho 2000

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL DESIGUALDADES NA CARGA TRIBUTÁRIA LOCAL (1996)

A arrecadação efetiva dos tributos municipais em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) de cada cidade, ou seja, a carga tributária local, permite uma análise rica da exploração do potencial tributário municipal. Um estudo da carga de cada prefeitura em 1996 revela uma boa notícia - a imensa maioria cobra seus tributos e o coeficiente nacional chega a 1,6% do PIB. Por outro lado, há uma profunda dispersão dos indicadores, mesmo entre cidades com economia de porte semelhante, revelando grandes espaços para aumento de carga, especialmente nas localidades menos desenvolvidas. Estas observações demonstram a importância e o amplo escopo de atuação dos programas de financiamento e investimento em modernização tributária, como o PMAT (Programa de Modernização Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos) do BNDES.

1. METODOLOGIA E FONTES

Para avaliar como os municípios brasileiros têm explorado seu potencial tributário foi feito um breve estudo calculando a arrecadação tributária local em valor *per capita* e em proporção do PIB, em cada cidade. Na tabulação dos indicadores de milhares de cidades foram utilizados dois parâmetros - o PIB local *per capita* e a carga tributária.¹

A escolha dos dois indicadores baseou-se nas seguintes hipóteses: primeira, o PIB local *per capita* representa uma *proxy* da base tributária a ser explorada em cada município uma vez que relaciona-se com o potencial contributivo da população; segunda, a carga tributária permite avaliar em que medida (intensidade) este potencial é explorado. A análise da capacidade de arrecadação municipal, bem como de sua estrutura, é feita por meio de comparações entre os indicadores.*

As cidades foram distribuídas por classes de PIB *per capita* de acordo com o seguinte critério: os municípios foram classificados, por PIB *per capita*, em ordem crescente e divididos em 25 partes iguais; e os limites de cada parte serviram de parâmetros para a definição das 20 classes utilizadas nesse trabalho. Para cada uma dessas classes foram definidos 7 intervalos de carga tributária. Sendo a carga do agregado de municípios da ordem de 1,6% do PIB, foi estabelecido um intervalo central entre 1,5% e 3% do PIB e, com relação ao mesmo, 3 intervalos inferiores e 3 superiores.

O cálculo da carga local tomou como base a estimativa de produto para cada município do país, publicada recentemente por ANDRADE e SERRA.² No referido estudo, o último PIB disponível é de 1996. Assim, no cálculo dos indicadores foram utilizadas a população e a arrecadação tributária municipais de 1996, cujas fontes são respectivamente: o IBGE e os balanços contábeis anuais levantados pelas divisões regionais do Ministério da Fazenda e incluídos no *Siafi*, o sistema eletrônico, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

¹ O PIB *per capita* é calculado através da divisão do PIB pela população. A carga tributária é igual a arrecadação dos tributos de competência dos municípios em porcentagem do respectivo PIB. A arrecadação tributária municipal compreende: o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), o ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza), o IVVC (Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis), as Taxas (Poder de Polícia e Prestação de Serviços) e a Contribuição de Melhoria.

² O trabalho *Estimativa para o Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996* está disponível na Internet no endereço <http://www.nemesis.org.br/>. Como a estimativa não é oficial podem existir distorções localizadas.

Não reflete necessariamente as opiniões do BNDES. Informativo apenas para subsidiar análises da SF.

Elaborado por Erika Amorim Araujo e Paulo André de Souza de Oliveira, economista e estatístico do convênio Pnud/BNDES. Distribuição autorizada por José Roberto Afonso.

Maiores informações e esclarecimentos, consultar: site da SF na Intranet do BNDES; o site do "Banco Federativo" na Internet (<http://federativo.bndes.gov.br>); e-mail: sfiscal@bndes.gov.br; ou fax. 21.533-1588.

** No site do "Banco Federativo", no bloco dos Informes-SF, está disponível para download planilha eletrônica com todos os dados (cada tributo, população e PIB) detalhados para os 4.622 municípios.*

BNDES/PR

EX: 13863401

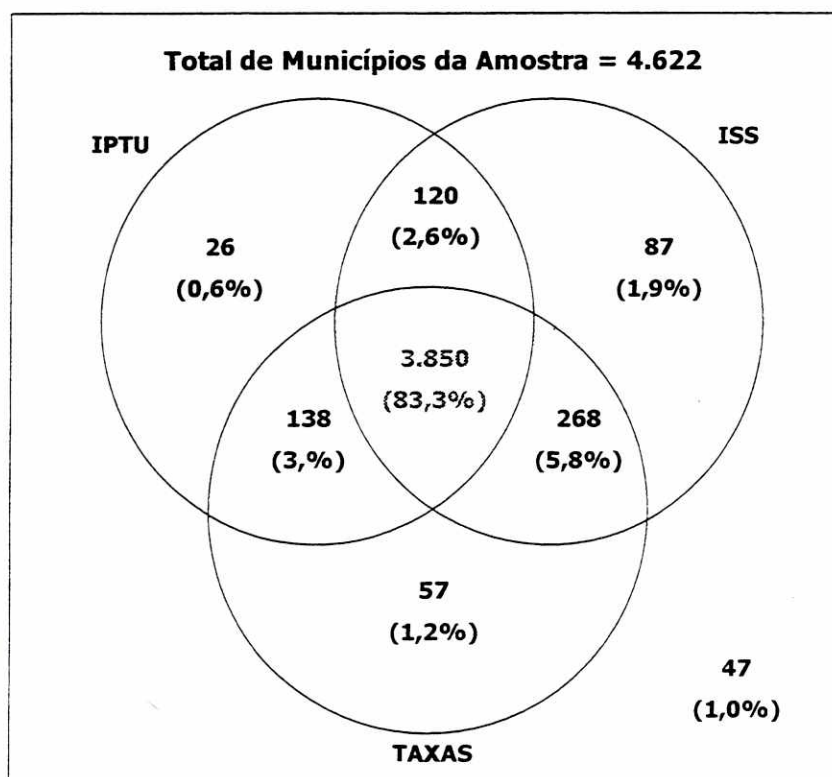
AC: 125237

BNDES
Centro de Pesquisa
de Informações e Dados

Neste trabalho, foram considerados os municípios para os quais haviam dados relativos ao PIB, à população e à arrecadação, mesmo quando esta era nula. O resultado foi um conjunto de 4.622 municípios, abrangendo 93% dos 4.967 municípios instalados até 1996 (atualmente, o número de municípios criados é de 5.507).

2. QUANTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE ARRECADARAM TRIBUTOS LOCAIS (1996)

DIAGRAMA 1 : Distribuição do Número de Municípios segundo a Arrecadação dos Principais Tributos Locais (1996)



No conjunto das 4.622 prefeituras analisadas, apenas 47 não arrecadaram nenhuma receita tributária. Dentre as mesmas, em mais da metade o PIB não chegava a R\$ 5 milhões – ou seja, cidades de pequeno porte.

Ao contrário do que muitos imaginam, 99% (4.575) dos municípios da amostra cobraram, algum ou todos, os tributos cuja competência lhes é atribuída pela Constituição Federal.³ Sua carga tributária global foi cerca de 1,6% do PIB local, tendo como fonte, sobretudo, o ISS (0,63% do PIB), o IPTU (0,5% do PIB) e as Taxas (0,3% do PIB), que representaram: 40%; 32% e 19% da arrecadação, respectivamente.

É reduzido o número de prefeituras que cobraram somente um ou dois dos principais tributos municipais. A maior parte delas, 3.850 cidades (83% da amostra), arrecadaram tanto IPTU quanto ISS e Taxas (Diagrama 1).

Isso significa que apenas 17% das 4.622 cidades estudadas, estariam, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, proibidas de captar recursos de terceiros, por não explorarem plenamente sua base tributária, imputada constitucionalmente.

³ Dentre essas 4.575 prefeituras, 26 não foram incluídas no diagrama ao lado porque sua arrecadação, mesmo não sendo nula, não está discriminada por tributo pela STN.

3. DISTRIBUIÇÃO DE MUNICÍPIOS CONFORME PIB *per capita* E CARGA TRIBUTÁRIA

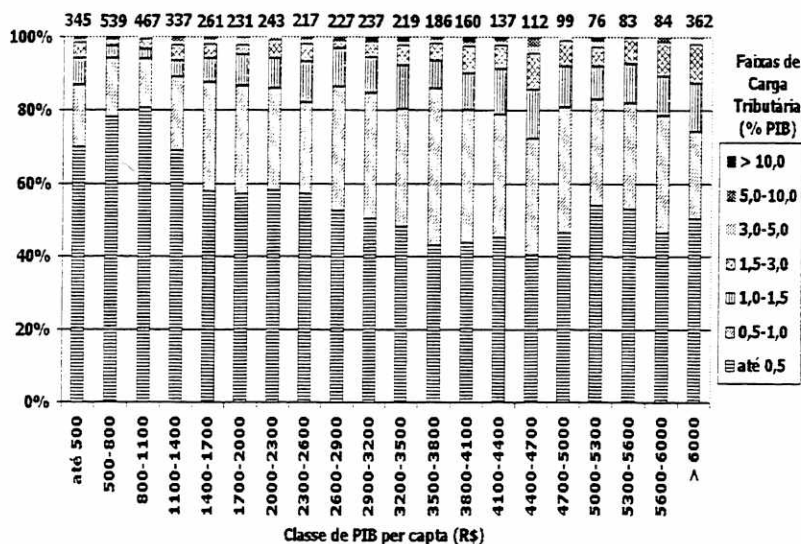
TABELA RESUMO 1:

Distribuição do Número de Municípios segundo Classes de PIB *per capita* e de Carga Tributária (1996)

CLASSES DE PIB PER CAPITA R\$ Correntes	FAIXAS DE CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)							Nº de Municípios
	até 0,5	0,5-1,0	1,0-1,5	1,5-3,0	3,0-5,0	5,0-10,0	> 10,0	
até 500	241	59	25	15	2	2	1	345
500-800	421	86	19	11	1		1	539
800-1100	376	63	12	14	2			467
1100-1400	232	68	15	15	3	3	1	337
1400-1700	151	78	17	10	3	1	1	261
1700-2000	132	68	20	6	4	1		231
2000-2300	141	68	20	12	2			243
2300-2600	124	54	24	11	2	2		217
2600-2900	119	77	24	5		2		227
2900-3200	119	82	23	10			3	237
3200-3500	105	71	26	12	2		3	219
3500-3800	80	80	14	9	1	2		186
3800-4100	70	58	16	12	1	1	2	160
4100-4400	62	46	17	9	1	1	1	137
4400-4700	45	36	15	11	2	3		112
4700-5000	46	34	11	7	1			99
5000-5300	41	22	7	4	1		1	76
5300-5600	44	24	9	6				83
5600-6000	39	27	9	8		1		84
> 6000	182	87	47	39	5	2		362
Nº de Municípios	2.770	1.188	370	226	33	21	14	4.622

Fonte: Anexo Estatístico

GRÁFICO 1: Distribuição do Número de Municípios segundo Classes de PIB *per capita* e de Carga Tributária (1996)



Existe um grande número de municípios - cerca de 86% - que independente da classe de PIB *per capita*, apresentaram carga tributária inferior a 1% do PIB local (Tabela 1). Contudo, nas classes de menores PIB *per capita* houve maior concentração de prefeituras cuja carga foi reduzida. (Gráfico 1).

Os municípios com carga acima de 3% do PIB local, regra geral, eram cidades turísticas e seus PIBs *per capita* eram bem divergentes.

No intervalo intermediário de carga 1,5%-3% do PIB e, em menor grau, no intervalo de 1%-1,5% do PIB, situaram-se alguns turísticos, mas, à medida que aumentava a classe de PIB *per capita*, sua principal característica foi reunir a maior parte das capitais estaduais e municípios de médio porte.

Arrecadaram entre 1,5%-3% do PIB local: Florianópolis (1,5), Aracaju (1,6), Goiânia (1,7), Curitiba (1,8), Vitória (1,9), Belo Horizonte (1,9), Recife (2,0), São Paulo (2,3) e Rio de Janeiro (2,5); que, à exceção de Aracaju, pertenciam à classe mais alta de PIB *per capita*.

Arrecadaram entre 1%-1,5% do PIB: São Luís (1,0), Boa Vista (1,0), Natal (1,2), Maceió (1,3), Salvador, Manaus, Campo Grande, Porto Alegre e Fortaleza (todas 1,4), que, à exceção de Fortaleza possuíam PIB *per capita* maior que R\$ 4 mil.

As demais capitais, salvo Palmas cuja carga tributária foi 3,03% do PIB, arrecadaram menos de 1% do PIB: João Pessoa (0,9), Teresina (0,9), Macapá (0,8), Belém (0,8), Cuiabá (0,7), Rio Branco (0,6) e Porto Velho (0,5).

Tanto Palmas quanto essas capitais chamaram atenção pelo fato de seus PIBs *per capita* não guardarem muita relação com a magnitude das respectivas cargas. Por exemplo, Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá e Belém possuíam PIB *per capita* maior que R\$ 5 mil, enquanto Palmas, cerca de R\$ 2,5 mil.

4. COMPOSIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

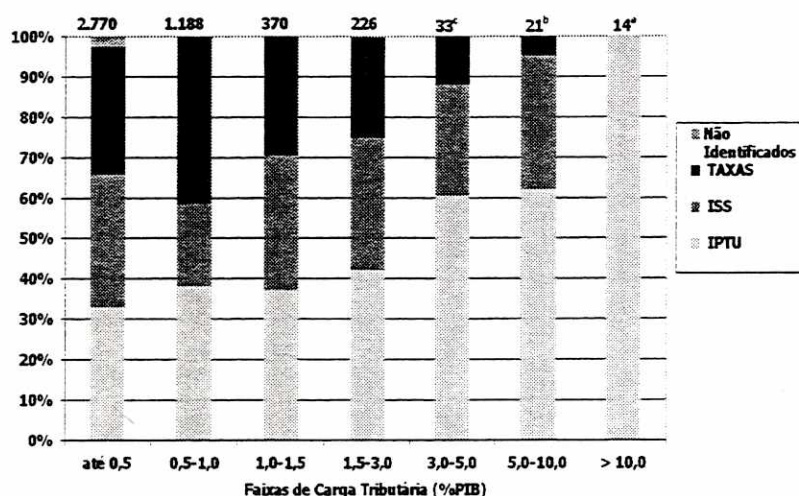
TABELA RESUMO 2:

Distribuição do Número de Municípios segundo Faixas de Carga Tributária e Composição da Arrecadação (1996)

FAIXAS DE CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)	PREDOMINÂNCIA DO TRIBUTO NA CARGA TRIBUTÁRIA				Nº de Municípios
	IPTU	ISS	TAXAS	Não Identificados	
até 0,5	909	910	878	73	2.770
0,5-1,0	453	241	492	2	1.188
1,0-1,5	137	123	110		370
1,5-3,0	95	74	56	1	226
3,0-5,0	20	9	4		33
5,0-10,0	13	7	1		21
> 10,0	14				14
Nº de Municípios	1.641	1.364	1.541	76	4.622

Fonte: Anexo Estatístico

GRÁFICO 2: Distribuição do Número de Municípios segundo Faixas de Carga Tributária e Composição da Arrecadação (1996)



^a Arrecadaram mais de 10% do PIB local: Ilha Comprida (SP), Bertioga (SP), Mongaguá (SP), Itapoa (SC), Itanhaém (SP), Mateiros (TO), Matinhos (PR), Peruíbe (SP), Praia Grande (SP), Xangri-lá (RS), Guaratuba (SP), São Sebastião (SP), Arroio do Sal (RS) e Barra de São Miguel (AL); (em todas, predominou o IPTU na arrecadação)

^b Arrecadaram entre 5%-10% do PIB local: predominância de IPTU na arrecadação – Bombinhas (SC), Ubatuba (SP), Guarujá (SP), Imbe (SP), Barra do Sul (SC), Itapema (SC), Campos do Jordão (SP), Tramandai (RS), Serra do Navio (AP), Caraguatatuba (SP), Itamaraca (PE), Piuma (ES) e Águas de São Pedro (SP); predominância de ISS na arrecadação – Itatiaia (RJ), Rosana (SP), Bataguassu (MS), Antônio Gonçalves (BA), Minacu (GO), Sandovalina (SP) e Diamante do Norte (PR); e predominância de Taxas na arrecadação – Axixá (MA).

^c Arrecadaram entre 3%-5% do PIB local: predominância de IPTU na arrecadação – Gov. Celso Ramos (SC), Mairipora (SP), Capão da Canoa (RS), Águas de Santa Bárbara (SP), Balneário de Camboriú (SC), Passo de Torres (SC), São Vicente (SP), Cananéia (SP), Iguapé (SP), Atibaia (SP), Barra Vermelha (SC), Igarata (SP), Garopaba (SC), Santos (SP), Jarinu (SP), Águas de Lindóia (SP), Tremembé (SP), Osasco (SP), Picarras (SC) e Araguaiana (MT); predominância de ISS na arrecadação – Sta. Rosa do Tocantins (TO), Sta. Maria da Boa Vista (PE), São Francisco do Sul (SC), Paranaguá (PR), Madre de Deus (BA), Rio Quente (GO), Vera Cruz (BA), Mangaratiba (RJ) e Palmas (TO); e predominância de Taxas na arrecadação – Tabapora (MT), Piraquara (PR), Ponta Alta do Bom Jesus (TO) e Alto Boa Vista (MT).

Boa parte dos municípios, cuja carga tributária superou 3% do PIB, tem em comum a existência de algum atrativo turístico que permite um grande volume de arrecadação em comparação ao PIB local.

As cidades praianas e serranas, próximas aos centros urbanos, que, em essência, são visitadas pela população do mesmo estado, responderam pelas maiores cargas. A existência de muitas propriedades particulares, altamente valorizadas, permitiu que o IPTU fosse amplamente explorado. (Ex.: Bertioga, Barra de São Miguel, Ubatuba, Campos do Jordão, etc.).

Outras cidades, cujos atrativos turísticos são mais variados, podem ou não ser próximas dos centros urbanos e são visitadas por residentes de todo país, em magnitude um pouco menor, também apresentaram altas cargas. Nelas, o predomínio da atividade hoteleira permitiu intensa exploração do ISS. (Ex.: Itatiaia, Bataguassu, Minacu, Mangaratiba, etc.).⁴

Na faixa de carga 1%-1,5% e, em particular, na de 1,5%-3% do PIB, a distribuição da arrecadação entre os principais tributos municipais foi semelhante a do Brasil (Gráfico 2).

Dentre as cidades situadas nessas faixas, tem-se o seguinte perfil: o IPTU predominou nos municípios das regiões metropolitanas (RM) de cada estado, em particular de SP e RJ;⁵ o ISS, nas capitais estaduais; e nas cidades de médio porte, cuja carga foi semelhante ou superior a da capital, houve melhor distribuição entre os dois tributos.

Nas cidades, cuja carga foi menor que 1% do PIB, não observou-se uma característica comum que permitisse traçar um perfil.

⁴ Essas cidades são identificadas como turísticas pela Embratur.

⁵ Em cerca de 53% e 63% das cidades da RMSP (39) e da RMRJ (17) a carga superou 1,5% do PIB. Dentre essas cidades, o IPTU predominou: em 14, na RMSP, e, em 7, na RMRJ.

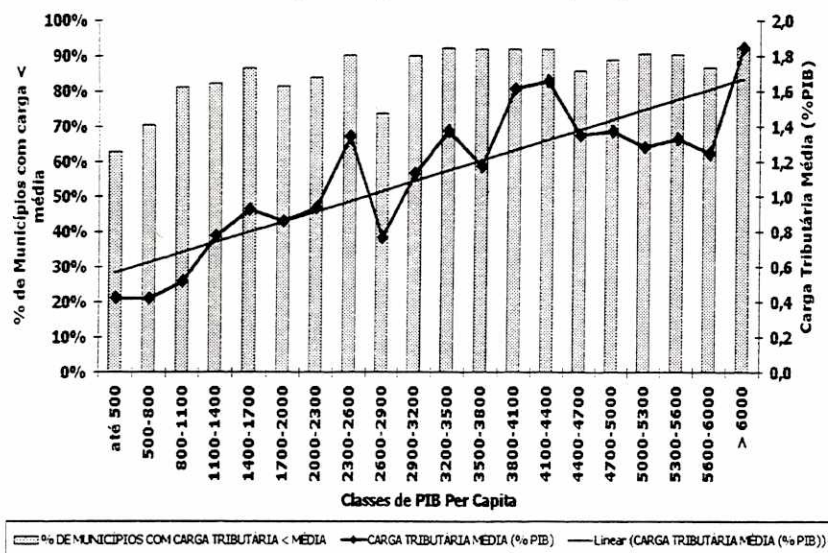
5. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO POTENCIAL TRIBUTÁRIO NÃO EXPLORADO

TABELA RESUMO 3:
Arrecadação Tributária Municipal Potencial (1996).

CLASSES DE PIB PER CAPITA R\$ Correntes	Nº de Municípios	Carga Tributária < Média (%)	CARGA TRIBUTÁRIA		RECEITA TRIBUTÁRIA (R\$ Mil)			% de Acréscimo de Receita Tributária
			MÉDIA (% PIB)		Efetiva	Não Explorada	Potencial	
			Efetiva	Potencial				
até 500	345	62,9	0,43	0,58	8.150	2.889	11.039	35,5
500-800	539	70,3	0,42	0,57	27.240	9.975	37.215	36,6
800-1100	467	81,2	0,52	0,72	42.841	17.130	59.971	40,0
1100-1400	337	82,2	0,78	1,07	78.117	29.878	107.995	38,2
1400-1700	261	86,6	0,93	1,23	87.289	28.752	116.041	32,9
1700-2000	231	81,4	0,86	1,07	99.527	24.046	123.573	24,2
2000-2300	243	84,0	0,94	1,21	106.428	30.514	136.943	28,7
2300-2600	217	90,3	1,34	1,74	165.434	49.362	214.796	29,8
2600-2900	227	73,6	0,77	0,95	77.054	17.711	94.765	23,0
2900-3200	237	89,9	1,13	1,44	215.013	59.619	274.632	27,7
3200-3500	219	92,2	1,38	1,82	234.059	75.044	309.103	32,1
3500-3800	186	91,9	1,17	1,42	284.963	59.639	344.601	20,9
3800-4100	160	91,9	1,61	2,17	317.969	109.032	427.001	34,3
4100-4400	137	92,0	1,66	2,19	367.748	118.855	486.603	32,3
4400-4700	112	85,7	1,35	1,65	261.704	57.691	319.395	22,0
4700-5000	99	88,9	1,37	1,74	215.714	58.109	273.824	26,9
5000-5300	76	90,8	1,28	1,53	227.678	44.116	271.794	19,4
5300-5600	83	90,4	1,33	1,61	201.293	42.510	243.803	21,1
5600-6000	84	86,9	1,24	1,41	369.577	49.699	419.276	13,4
> 6000	362	92,5	1,85	2,12	7.108.640	1.032.078	8.140.718	14,5
Total	4.622	82,8	1,58	1,86	10.496.440	1.916.650	12.413.089	18,3

Fonte: Anexo Estatístico

GRÁFICO 3: Percentual de Municípios, por Classe de PIB per capita, em relação a Carga Tributária Média (1996)



Tomando o PIB *per capita* como *proxy* da capacidade de exploração tributária, pode-se inferir que municípios de uma mesma classe, cuja carga tributária efetiva foi inferior que a carga média de seu grupo, não exploraram plenamente seu potencial de arrecadação.⁶

Se, em cada classe de PIB *per capita*, esses municípios arrecadassem o equivalente à carga média de seu grupo e os demais mantivessem seu nível vigente de arrecadação, estimase um incremento de receita tributária, em nível nacional, da ordem de 18,3% e a carga passaria de 1,6% para 1,9% do PIB em 1996 (Tabela 3).

Em cada classe de PIB *per capita*, quanto menos concentrada a distribuição de cidades nas faixas inferiores de carga tributária, maior foi a carga média efetiva e maior o potencial tributário a explorar (Tabela 1, 3 e Gráfico 3).

Assim, por exemplo: as cidades da última classe de PIB *per capita*, cuja carga média efetiva foi a mais elevada (1,85) e não exploravam plenamente seu potencial (92,5% do total), responderiam pela maior parte do acréscimo de receita em termos agregados. Por outro lado, como essas cidades não estavam tão concentradas nas faixas menores de carga, o incremento de receita dentro do grupo (14,5%) seria menor do o observado na primeira classe de PIB *per capita* (35,5%), que reúne a maioria dos municípios que nada arrecadam (Tabela 3).

Nas classes de PIB *per capita* mais elevadas observou-se uma maior homogeneidade entre as principais características dos municípios, tornado evidente que aqueles cuja carga efetiva foi inferior à média não exploraram adequadamente seus potenciais tributários. (Ver no site do "Banco Federativo", em Informes-SF, os dados detalhados para os 4.622 municípios).

⁶ No Anexo Estatístico também foi calculada a média das cargas por classe de PIB *per capita*.

ANEXO ESTATÍSTICO:

Distribuição do Número de Municípios segundo Classes de PIB^a per capita e Carga Tributária Locais.
Exercício Financeiro de 1996

(parte 1)

CLASSES DE PIB PER CAPITA RS Correntes	FAIXAS DE CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)	Nº DE MUNICÍPIOS	CARGA (Receita Tributária Própria ^b /PIB)				INDICADORES DE DISPERSÃO		PREDOMINÂNCIA DO TRIBUTO NA CARGA TRIBUTÁRIA			
			Carga Média ^c	Média das Cargas ^d	Máxima	Mínima	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	IPTU	ISS	TAXAS	Não Identificados ^e
BRASIL		4.622	1,58	0,63	71,97		1,42	2,24	1.641	1.364	1.541	76
até 500		345	0,43	0,54	13,31		1,00	1,84	54	182	78	31
	até 0,5	241	0,21	0,20	0,50		0,15	0,77	41	122	49	29
	0,5-1,0	59	0,67	0,71	0,99	0,51	0,15	0,21	7	35	16	1
	1,0-1,5	25	1,23	1,23	1,43	1,05	0,14	0,11	3	14	8	
	1,5-3,0	15	2,19	2,17	2,97	1,53	0,50	0,23	2	9	3	1
	3,0-5,0	2	4,02	4,04	4,28	3,81	0,33	0,08		1	1	
	5,0-10,0	2	6,33	6,18	6,51	5,85	0,47	0,08		1	1	
	> 10,0	1	13,31	13,31	13,31	13,31			1			
500-800		539	0,42	0,38	10,01		0,58	1,53	94	280	148	17
	até 0,5	421	0,22	0,20	0,50		0,14	0,68	80	232	92	17
	0,5-1,0	86	0,70	0,69	0,99	0,50	0,15	0,22	9	34	43	
	1,0-1,5	19	1,26	1,23	1,43	1,06	0,12	0,10	2	8	9	
	1,5-3,0	11	2,27	2,07	2,69	1,53	0,41	0,20	2	6	3	
	3,0-5,0	1	3,90	3,90	3,90	3,90					1	
	5,0-10,0											
	> 10,0	1	10,01	10,01	10,01	10,01			1			
800-1100		467	0,52	0,37	4,90		0,49	1,31	89	216	149	13
	até 0,5	376	0,22	0,21	0,50		0,14	0,66	73	184	106	13
	0,5-1,0	63	0,67	0,69	0,99	0,50	0,13	0,19	9	21	33	
	1,0-1,5	12	1,23	1,19	1,45	1,01	0,15	0,12	1	8	3	
	1,5-3,0	14	2,11	2,11	2,81	1,57	0,41	0,19	5	3	6	
	3,0-5,0	2	4,58	4,40	4,90	3,90	0,71	0,16	1		1	
	5,0-10,0											
	> 10,0											
1100-1400		337	0,78	0,54	10,78		0,94	1,74	90	135	107	5
	até 0,5	232	0,21	0,21	0,50		0,14	0,66	46	109	72	5
	0,5-1,0	68	0,70	0,69	1,00	0,51	0,13	0,19	22	18	28	
	1,0-1,5	15	1,32	1,27	1,48	1,02	0,18	0,14	8	4	3	
	1,5-3,0	15	1,76	1,82	2,78	1,50	0,33	0,18	9	3	3	
	3,0-5,0	3	4,02	3,97	4,48	3,46	0,51	0,13	1	1	1	
	5,0-10,0	3	5,94	6,06	6,51	5,78	0,39	0,06	3			
	> 10,0	1	10,78	10,78	10,78	10,78			1			
1400-1700		261	0,93	0,85	71,97		4,46	5,24	74	68	116	3
	até 0,5	151	0,26	0,26	0,49		0,14	0,54	36	46	66	3
	0,5-1,0	78	0,71	0,70	0,97	0,50	0,12	0,18	24	14	40	
	1,0-1,5	17	1,18	1,20	1,48	1,03	0,13	0,11	5	5	7	
	1,5-3,0	10	2,20	2,00	2,75	1,50	0,40	0,20	5	2	3	
	3,0-5,0	3	3,40	3,61	4,56	3,00	0,83	0,23	2	1		
	5,0-10,0	1	5,49	5,49	5,49	5,49			1			
	> 10,0	1	71,97	71,97	71,97	71,97			1			
1700-2000		231	0,86	0,59	5,18		0,65	1,09	73	60	96	2
	até 0,5	132	0,28	0,25	0,50		0,14	0,55	42	42	46	2
	0,5-1,0	68	0,72	0,72	0,97	0,50	0,13	0,18	24	6	38	
	1,0-1,5	20	1,24	1,21	1,48	1,03	0,14	0,11	4	8	8	
	1,5-3,0	6	1,70	1,82	1,96	1,52	0,16	0,09		2	4	
	3,0-5,0	4	3,81	3,63	4,23	3,13	0,46	0,13	3	1		
	5,0-10,0	1	5,18	5,18	5,18	5,18				1		
	> 10,0											
2000-2300		243	0,94	0,60	4,01	0,00	0,53	0,89	82	50	110	1
	até 0,5	141	0,30	0,30	0,50	0,00	0,12	0,42	51	30	59	1
	0,5-1,0	68	0,71	0,70	1,00	0,51	0,14	0,20	21	10	37	
	1,0-1,5	20	1,20	1,19	1,48	1,00	0,15	0,13	4	7	9	
	1,5-3,0	12	1,83	2,00	2,65	1,60	0,31	0,16	4	3	5	
	3,0-5,0	2	3,51	3,66	4,01	3,30	0,51	0,14	2			
	5,0-10,0											
	> 10,0											

ANEXO ESTATÍSTICO:

Distribuição do Número de Municípios segundo Classes de PIB^a per capita e Carga Tributária Locais.
Exercício Financeiro de 1996

(cont. parte 2)

CLASSES DE PIB PER CAPITA R\$ Correntes	FAIXAS DE CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)	Nº DE MUNICÍPIOS	CARGA (Receita Tributária Própria ^b /PIB)				INDICADORES DE DISPERSÃO		PREDOMINÂNCIA DO TRIBUTO NA CARGA TRIBUTÁRIA			
			Carga Média ^c	Média das Cargas ^d	Máxima	Mínima	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	IPTU	ISS	TAXAS	Não Identificados ^e
2300-2600	até 0,5	217	1,34	0,68	6,73	0,01	0,81	1,19	94	33	90	
	0,5-1,0	124	0,32	0,29	0,50	0,01	0,13	0,46	51	17	56	
	1,0-1,5	54	0,75	0,73	0,98	0,52	0,12	0,17	26	7	21	
	1,5-3,0	24	1,21	1,20	1,43	1,00	0,15	0,13	12	2	10	
	3,0-5,0	11	1,79	2,04	2,98	1,53	0,42	0,21	4	4	3	
	5,0-10,0	2	4,17	3,78	4,54	3,03	1,07	0,28	1	1		
	> 10,0	2	6,52	6,56	6,73	6,38	0,25	0,04		2		
2600-2900	até 0,5	227	0,77	0,63	9,98	0,00	0,84	1,33	89	32	104	2
	0,5-1,0	119	0,30	0,28	0,50	0,00	0,14	0,48	49	16	53	1
	1,0-1,5	77	0,76	0,72	0,99	0,50	0,15	0,21	27	11	38	1
	1,5-3,0	24	1,17	1,15	1,39	1,00	0,12	0,11	11	3	10	
	3,0-5,0	5	1,99	2,08	2,90	1,65	0,48	0,23	1	1	3	
	5,0-10,0	2	7,67	8,32	9,98	6,66	2,35	0,28	1	1		
	> 10,0											
2900-3200	até 0,5	237	1,13	0,75	14,35	0,03	1,46	1,94	109	41	87	
	0,5-1,0	119	0,32	0,29	0,50	0,03	0,12	0,41	62	18	39	
	1,0-1,5	82	0,81	0,71	1,00	0,51	0,14	0,19	29	13	40	
	1,5-3,0	23	1,19	1,20	1,48	1,00	0,16	0,13	11	9	3	
	3,0-5,0	10	2,03	1,93	2,91	1,51	0,42	0,22	4	1	5	
	5,0-10,0											
	> 10,0	3	12,79	12,96	14,35	11,69	1,33	0,10	3			
3200-3500	até 0,5	219	1,38	0,84	13,83	0,01	1,51	1,79	107	37	75	
	0,5-1,0	105	0,33	0,31	0,50	0,01	0,12	0,37	57	15	33	
	1,0-1,5	71	0,76	0,71	1,00	0,50	0,15	0,21	30	9	32	
	1,5-3,0	26	1,19	1,18	1,38	1,00	0,13	0,11	10	8	8	
	3,0-5,0	12	2,08	2,19	2,94	1,58	0,49	0,22	7	3	2	
	5,0-10,0	2	3,63	3,70	3,81	3,59	0,16	0,04		2		
	> 10,0	3	12,23	12,56	13,83	10,54	1,77	0,14	3			
3500-3800	até 0,5	186	1,17	0,68	5,98	0,00	0,73	1,07	88	29	68	1
	0,5-1,0	80	0,31	0,29	0,50	0,00	0,13	0,45	39	6	34	1
	1,0-1,5	80	0,73	0,69	0,97	0,51	0,14	0,20	37	17	26	
	1,5-3,0	14	1,37	1,14	1,50	1,01	0,15	0,13	4	4	6	
	3,0-5,0	9	1,85	1,94	2,90	1,51	0,43	0,22	5	2	2	
	5,0-10,0	1	3,75	3,75	3,75	3,75			1			
	> 10,0	2	5,90	5,92	5,98	5,86	0,08	0,01	2			
3800-4100	até 0,5	160	1,61	0,89	11,68		1,49	1,67	96	12	51	1
	0,5-1,0	70	0,33	0,30	0,50		0,13	0,42	45	4	20	1
	1,0-1,5	58	0,81	0,71	1,00	0,50	0,16	0,23	33	4	21	
	1,5-3,0	16	1,15	1,17	1,39	1,03	0,10	0,09	9	2	5	
	3,0-5,0	12	2,24	2,06	2,86	1,50	0,41	0,20	6	1	5	
	5,0-10,0	1	4,87	4,87	4,87	4,87			1			
	> 10,0	1	9,83	9,83	9,83	9,83				1		
		2	11,65	11,05	11,68	10,42	0,89	0,08	2			
4100-4400	até 0,5	137	1,66	0,83	11,17	0,02	1,26	1,52	63	25	49	
	0,5-1,0	62	0,31	0,29	0,49	0,02	0,12	0,42	28	11	23	
	1,0-1,5	46	0,82	0,73	0,97	0,53	0,14	0,19	22	5	19	
	1,5-3,0	17	1,28	1,22	1,43	1,03	0,14	0,11	7	5	5	
	3,0-5,0	9	1,82	1,96	2,45	1,58	0,28	0,14	3	4	2	
	5,0-10,0	1	3,24	3,24	3,24	3,24			1			
	> 10,0	1	8,98	8,98	8,98	8,98			1			

ANEXO ESTATÍSTICO:

Distribuição do Número de Municípios segundo Classes de PIB^a per capita e Carga Tributária Locais.
Exercício Financeiro de 1996

(cont. parte 3)

CLASSES DE PIB PER CAPITA RS Correntes	FAIXAS DE CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)	Nº DE MUNICÍPIOS	CARGA (Receita Tributária Própria ^b /PIB)				INDICADORES DE DISPERSÃO		PREDOMINÂNCIA DO TRIBUTO NA CARGA TRIBUTÁRIA			
			Carga Média ^c	Média das Cargas ^d	Máxima	Mínima	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	IPTU	ISS	TAXAS	Não Identificados ^e
4400-4700		112	1,35	0,96	9,77	0,03	1,40	1,46	62	17	33	
	até 0,5	45	0,31	0,30	0,48	0,03	0,11	0,37	28	4	13	
	0,5-1,0	36	0,77	0,68	1,00	0,52	0,14	0,20	21	3	12	
	1,0-1,5	15	1,07	1,12	1,29	1,01	0,09	0,08	5	5	5	
	1,5-3,0	11	1,70	1,79	2,26	1,53	0,25	0,14	3	5	3	
	3,0-5,0	2	4,25	4,05	4,64	3,47	0,83	0,20	2			
	5,0-10,0	3	8,93	8,23	9,77	6,49	1,65	0,20	3			
4700-5000		99	1,37	0,73	4,61	0,12	0,65	0,90	60	13	26	
	até 0,5	46	0,34	0,32	0,50	0,12	0,09	0,29	31	3	12	
	0,5-1,0	34	0,79	0,71	0,96	0,50	0,15	0,21	17	7	10	
	1,0-1,5	11	1,16	1,23	1,46	1,01	0,16	0,13	6	2	3	
	1,5-3,0	7	2,36	2,11	2,91	1,59	0,44	0,21	5	1	1	
	3,0-5,0	1	4,61	4,61	4,61	4,61			1			
	5,0-10,0											
5000-5300		76	1,28	0,86	18,85	0,06	2,17	2,53	35	16	25	
	até 0,5	41	0,35	0,28	0,49	0,06	0,12	0,41	15	6	20	
	0,5-1,0	22	0,70	0,69	0,98	0,52	0,15	0,22	14	4	4	
	1,0-1,5	7	1,22	1,22	1,31	1,15	0,06	0,05	2	5		
	1,5-3,0	4	1,67	1,67	1,75	1,62	0,06	0,03	2	1	1	
	3,0-5,0	1	4,08	4,08	4,08	4,08			1			
	5,0-10,0											
5300-5600		83	1,33	0,63	2,66	0,03	0,52	0,83	41	14	28	
	até 0,5	44	0,29	0,26	0,50	0,03	0,12	0,46	20	6	18	
	0,5-1,0	24	0,76	0,73	0,95	0,52	0,13	0,18	10	6	8	
	1,0-1,5	9	1,27	1,21	1,41	1,01	0,12	0,10	6	2	1	
	1,5-3,0	6	2,11	2,01	2,66	1,52	0,38	0,19	5		1	
	3,0-5,0											
	5,0-10,0											
5600-6000		84	1,24	0,72	6,07	0,02	0,75	1,05	43	18	23	
	até 0,5	39	0,34	0,28	0,48	0,02	0,13	0,44	22	4	13	
	0,5-1,0	27	0,76	0,70	1,00	0,50	0,14	0,20	13	5	9	
	1,0-1,5	9	1,33	1,15	1,36	1,01	0,10	0,09	5	3	1	
	1,5-3,0	8	1,80	1,70	1,95	1,51	0,17	0,10	3	5		
	3,0-5,0											
	5,0-10,0	1	6,07	6,07	6,07	6,07				1		
> 6000		362	1,85	0,77	6,32	0,01	0,78	1,01	198	86	78	
	até 0,5	182	0,33	0,27	0,50	0,01	0,13	0,47	93	35	54	
	0,5-1,0	87	0,75	0,74	1,00	0,52	0,14	0,19	58	12	17	
	1,0-1,5	47	1,32	1,25	1,50	1,01	0,14	0,12	22	19	6	
	1,5-3,0	39	2,16	1,97	2,93	1,51	0,40	0,20	20	18	1	
	3,0-5,0	5	3,66	3,67	4,63	3,16	0,57	0,16	3	2		
	5,0-10,0	2	6,24	5,86	6,32	5,39	0,66	0,11	2			
	> 10,0											

Elaboração própria a partir de STN (arrecadação municipal), IBGE (população) e Andrade e Serra (Estimativa para o Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros: 1975, 1980, 1985 e 1996. Trabalho disponível na Internet no endereço: <http://www.nemesio.org.br>).

^a A estimativa do PIB não é oficial e pode conter algumas distorções localizadas.

^b A arrecadação tributária própria municipal inclui: IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza), IVVC (Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis), Taxas (Poder de Polícia e Prestação de Serviços) e Contribuição de Melhoria. O IPTU, ISS e as Taxas representam a

^c Carga Média = em cada classe, somatório da arrecadação dividido pelo somatório do PIB.

^d Média das cargas = em cada classe, somatório das cargas dividida pelo nº de observações do grupo. Os indicadores de dispersão foram calculados a partir da mesma.

^e Dentre os "não identificados" encontram-se os municípios cuja arrecadação é nula ou não há discriminação da receita por impostos.